

Sexualidad, Salud y Sociedad

REVISTA LATINOAMERICANA

ISSN 1984-6487 / n. 38 / 2022 - e22213 / Neiva, P. & Araújo, M. / www.sexualidadsaludysociedad.org

ARTIGO

—

Amor, sexualidade, fluidez e incerteza entre os jovens: Uma comparação entre homens e mulheres

Pedro Neiva¹

> prneiva@gmail.com

ORCID: 0000-0002-4888-7515

Maria Jacyana Araújo¹

> maria.jacyana@outlook.com

ORCID: 0000-0002-6289-4105

¹ Universidade de Brasília

Copyright © 2022 Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License (<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

<https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2022.38.e22213.a>

Resumo: Este artigo avalia as relações afetivas/sexuais entre jovens, procurando identificar eventuais resquícios do chamado “amor romântico” a partir da comparação entre os gêneros. Entre outros, trabalhamos com valores, expectativas e comportamentos relacionados a temas diversos, tais como: amizade, casamento, família, desejo de ter filhos, reconhecimento profissional, perspectiva de permanência, estabilidade, machismo, individualismo, fluidez das relações, fidelidade. Para isso, utilizamos uma amostra de 1.282 respostas recebidas de alunos heterossexuais da Universidade de Brasília. Em geral, verificamos uma grande variação na opinião dos alunos. No entanto, ela não decorre da diferença entre gêneros: alunos e alunas apresentaram-se muito parecidos entre si.

Palavras-chave: amor romântico; jovens; gênero; sexualidade.

Love, sexuality, fluidity and uncertainties among young people: A comparison between men and women

Abstract: This article evaluates the affective/sexual relations among young people, seeking to identify possible remnants of the so-called “romantic love”, from the comparison between genders. Among other things, we work with values, expectations and behaviors related to several topics, such as: friendship, marriage, family, the desire to have children, professional recognition, perspective of permanence, stability, machismo, individualism, fluidity of relationships, fidelity. And for this matter, we analyzed a sample of 1,282 responses received from heterosexual students from the University of Brasília. In general, we found a wide dispersion in students’s opinions. However, it does not result from the difference between genders: male and female students presented themselves very similar to each other.

Keywords: romantic love; young people; gender; sexuality.

Amor, sexualidad, fluidez e incertidumbre entre jóvenes: una comparación entre hombres y mujeres

Resumen: Este artículo evalúa las relaciones afectivas / sexuales entre jóvenes, buscando identificar posibles remanentes del llamado “amor romántico”, a partir de la comparación entre géneros. Entre otros, trabajamos con valores, expectativas y comportamientos relacionados con diferentes temas, tales como: amistad, matrimonio, familia, deseo de tener hijos, reconocimiento profesional, perspectiva de permanencia, estabilidad, machismo, individualismo, fluidez de relaciones, lealtad, etc. Para esto, utilizamos una muestra de 1.282 respuestas recibidas de estudiantes heterossexuales de la Universidad de Brasilia. En general, encontramos una gran dispersión en la opinión de los estudiantes. Sin embargo, no resulta de la diferencia entre géneros: los estudiantes masculinos y femeninos se presentaron muy similares entre sí.

Palabras claves: amor romántico; jóvenes; género; sexualidad.

Amor, sexualidade, fluidez e incerteza entre os jovens: Uma comparação entre homens e mulheres

Introdução

Este artigo avalia as relações afetivo-sexuais entre jovens universitários brasileiros heterossexuais, procurando identificar as diferenças de perspectivas e de visões de mundo entre homens e mulheres. Entre outros assuntos, pretendemos verificar até que ponto os ideais do chamado “amor romântico” ainda estão presentes nessa nova geração. O estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla que está sendo realizada com uma amostra dos estudantes de graduação da Universidade de Brasília.

Dois conceitos ganham importância crucial neste trabalho. O primeiro deles é o de “jovem” (ou de “juventude”), que tem uma definição difícil, complexa e polissêmica, até porque se trata de uma construção histórica e social, que varia de acordo com a cultura na qual está inserida (Foracchi, 1972). Alguns utilizam o critério cronológico: o estatuto da juventude no Brasil, por exemplo, considera que são jovens os que se encontram entre os 15 e os 29 anos de idade.

Trata-se, no entanto, muito mais do que uma categoria etária ou de um ciclo de vida. Envolve um período de transição (para a vida adulta), com intensas transformações físicas, psicológicas, escolhas profissionais, exposição de agravo à saúde (drogas, gravidez, violência), sentimento de inadequação em relação ao seu tempo, grande socialização, definição de identidades, ajustamento aos papéis sociais, criatividade, rebeldia, fragmentação, dispersão (Abramo; Branco, 2005). Inclui também a possibilidade de experimentação, novas formas de engajamento e de participação, de ação solidária, luta contra a discriminação, significação social, expressão sobre suas vivências, formação de consciência crítica (Boghossian; Minayo, 2009).

Os jovens são muitas vezes considerados contestadores e protagonistas em relação aos costumes, às crenças, à sexualidade, entre outros. São verdadeiros motores de mudanças, de resistência aos padrões sociais, de desagregação de valores e estruturas tradicionais e de criação de espaços e mecanismos de participação em diversos ambientes: na escola, na comunidade, na família e na vida social (Abramo, 1997; Boghossian; Minayo, 2009; Sallas et al., 2021). Segundo Melucci (1997), são laboratórios nos quais “novos modelos culturais, formas de relacionamento, pontos de vista alternativos são testados e colocados em prática. Não obstante, estão sujeitos também a riscos e situações potencialmente ameaçadoras, perigosas, delinquentes e desviantes (Sposito, 2000).

O outro conceito importante, também produzido socialmente, é o de “gênero”. Ele é igualmente fundamental na organização da vida social, especialmente por ser uma diferença causadora de muitas situações de desigualdade e de injustiça. Trata-se de uma categoria analítica de caráter relacional, transversal e variável e está presente nos estudos relacionados ao trabalho, à saúde, à política, à educação, à família, à religião, à violência, às ciências, à cultura, à identidade, ao corpo, às tecnologias produtivas e reprodutivas, e à sexualidade (Scavone, 2008). Gênero é frequentemente utilizado em oposição a “sexo”, uma referência essencialmente corporal, biológica e individual. O conceito ganhou força com o movimento e a literatura feministas, que a partir dos anos 60 expuseram o seu caráter histórico, social e cultural. Gênero passou então a ser associado aos traços de caráter e ao comportamento, tornando-se uma categoria analítica, e também ferramenta ideológica e política (Carvalho, 2011; Dorlin, 2021; Louro, 2003).

As discussões sobre as relações afetivas entre mulheres e homens são realizadas há muito tempo pelas ciências sociais. Elas ocuparam tanto autores clássicos quanto os mais recentes. Não é por acaso, pois se trata de uma das primeiras formas de classificação no mundo, e tema fundamental para a interação e a dinâmica sociais. Ele varia em função do espaço, do tempo e das especificidades culturais em que está inserido. Na cultura ocidental tem sido entendido como a chave de todas as escolhas humanas (Neves, 2007). Ao estudarmos o comportamento de jovens universitários, acreditamos que será possível apontar tendências de mudanças nos processos sociais, já que são eles os maiores produtores de novas condutas e de transformações nos processos sociais (Heilborn, 2006).

Giddens (1993) é um autor importante na nossa discussão por sua análise do impacto da modernização nas relações de gênero. Segundo ele, o amor romântico era essencialmente feminilizado e estava associado ao casamento, ao local ocupado pela mulher, à sua imagem de pureza, de mãe e de esposa, à subordinação ao lar, ao isolamento em relação ao mundo exterior, a uma história de vida prolongada e ao futuro previsto. Consequentemente, a mulher foi também o sujeito das transformações de comportamento, por não mais desejar reproduzir padrões, convenções e hábitos tradicionais. Ao lutar por seus direitos, levou para a esfera pública temas até então restritos à esfera privada, tais como sexo, amor, casamento, família. O autor fala em “amor confluyente”, mais voltado para a realidade, que não se pauta em identificações projetadas, nas fantasias, na ideia de unicidade e de “ser para sempre”. Ele traz o erotismo para dentro do relacionamento, transformando a realização do prazer sexual recíproco em um elemento-chave na manutenção ou na dissolução do relacionamento.

Entre outras, pretendemos responder às seguintes perguntas: o que pensam os jovens brasileiros sobre o amor, o sexo, a família e temas afins? Ainda há resquícios de amor romântico nesse segmento? O que esperam de seus parceiros? Existem

diferenças entre mulheres e homens? Nossa hipótese principal é de que a igualdade de direitos entre os dois gêneros estendeu-se para o campo das relações afetivas, colocando em questionamento o amor romântico. O texto está dividido em três seções, além desta introdução. Na que se segue, recuperamos parte da literatura que trata do tema das relações afetivas. Na seguinte, apresentamos e avaliamos nossos dados. Por fim, na última parte do texto, apresentamos as conclusões finais.

A disputa entre os gêneros em torno do amor

Faz muito sentido discutir o tema das relações afetivas associando-o ao capitalismo, especialmente na sua fase industrial. Segundo Michel Foucault (1984), com a ascensão da burguesia vitoriana em 1837, a sexualidade foi cuidadosamente encerrada, confiscada pela família conjugal e absorvida na seriedade da função de se reproduzir sexualmente. O casal legítimo e procriador passou a deter a verdade e a ditar a lei, fez reinar a norma, impondo-se como modelo. Na opinião do autor, a repressão ao sexo fez parte da ordem burguesa e coincidiu com o desenvolvimento do capitalismo. A função das esposas estava intrinsecamente ligada à família, com o objetivo de produzir uma descendência legítima.

Esse arranjo foi bastante favorecido pelo ideal do “amor romântico”, que predominou no Ocidente desde o final do século XVIII até a segunda metade do século XX. O mesmo representava o objetivo último da vida e prometia segurança, confiabilidade e durabilidade. Presumia algum grau de autoesquecimento e de apoio do outro, frequentemente de forma idealizada, sonhadora e fantasiosa.

O amor romântico costumava ser referenciado como um sentimento predominantemente feminino, apesar de os homens também serem influenciados. Segundo Neves (2007), ele se manifestava por meio de fatores emocionais intensos, como a gratificação, a prestação de cuidados e a paixão. Parecia servir também, especialmente no caso das mulheres adolescentes, para retardar a adesão a atividades sexuais, juntamente com a ideia de que a mulher deveria ser passiva. A autora sugere ainda um maior envolvimento das mulheres nas relações. Tal ideia corrobora a questão de conferir ao sexo feminino os atributos da emocionalidade e da prestação de cuidados, tendo em vista a preservação dos laços familiares (Neves, 2007).

A literatura feminista tem denunciado o uso do amor romântico como uma forma de castrar a autonomia e a liberdade das mulheres. Isto porque ele as leva a acreditar que a felicidade depende da sua entrega total e incondicional aos seus parceiros, originando, em muitas situações, histórias de violência, de discriminação e de desigualdade. Dessa forma, promove a reprodução das relações de poder desiguais entre mulheres e homens (Neves, 2007). Na opinião de Ussher (1997),

tal submissão começa a ser trabalhada desde a primeira infância. Ela aparece nos contos de fadas, onde as mulheres não precisam fazer nada, além de serem “femininas”, isto é, belas, obedientes e, possivelmente, assexuadas. Em troca, elas ganham como recompensa o homem dos sonhos, o “príncipe encantado”, que as livraria das maldades do mundo: da irmã perversa ou da madrasta cruel, inevitavelmente feias e repugnantes.

Diversos outros autores apoiaram essa ideia da assexualidade feminina em tempos de amor romântico. Segundo Haddad (2011), de um lado, estava a figura da mãe santa, cuidadora, assexuada e bem-aceita pela sociedade; de outro, a prostituta, mulher sensual e malvista pela sociedade. De acordo com Federici (2019), por trás da ideia do amor romântico havia o objetivo de impor às mulheres um tipo de feminilidade relacionada à sexualidade assexuada, obediente, subordinada ao mundo masculino. Na visão de Giddens (1993), o amor romântico conduziu as mulheres a uma severa sujeição doméstica, colocou-as no “seu lugar” (o lar), reforçando o machismo. Os seus ideais começaram a se fragmentar exatamente quando a mulher ganhou autonomia e emancipação sexual, quando a hierarquia entre os sexos se enfraqueceu, sendo substituída pela igualdade. Segundo Matos (2003), a ótica do amor romântico do Brasil do início da República (1890 a 1930) era de que o prazer feminino, ao contrário do masculino, não estava no sexo e sim na maternidade. Convertida a mero receptáculo para geração de filhos, uma senhora casada não deveria se permitir a experiência do gozo exagerado.

No final da década de 60, a família nuclear e os modelos sexuais que a constituíam entraram em profunda crise; o movimento feminista ganhou força e passou a criticar radicalmente a definição da mulher a partir de uma suposta “essência natural”, que a destinava exclusivamente à maternidade, passando a valorizar o seu corpo e a defender a sua sexualidade (Rago, 2000).

De fato, durante muito tempo, os ideais do amor romântico estiveram mais associados às mulheres do que aos homens. De acordo com Giddens (1993), o amor romântico fundia-se com a ideia de maternidade e de casamento e estava associado à subordinação da mulher ao lar e ao seu relativo isolamento do mundo exterior. Do ponto de vista prático, o casamento “eficaz” (ou duradouro), ainda que não fosse compensador, era sustentado por uma divisão de trabalho entre os sexos: o marido dominava o trabalho remunerado e a esposa, o trabalho doméstico.

Para Bourdieu (1998), o amor romântico contava com a cumplicidade do dominado e promovia o ajustamento das mulheres a uma estrutura de dominação. Trata-se de uma forma de violência simbólica, de um tipo de crença, de consenso, de uma verdade imposta a um grupo social. Envolve uma relação encantada e mágica, tanto por parte dos dominados quanto dos dominantes, sustentada por uma cumplicidade mútua, que é natural e não notada.

Com a limitação do tamanho da família e a incorporação da mulher ao mercado de trabalho, o amor romântico foi gradativamente se enfraquecendo, até chegar ao descrédito. Contribuiu para isso a difusão dos métodos de contracepção na década de 60 e o aparecimento das novas tecnologias reprodutivas nos anos seguintes, a equiparação jurídica entre mulheres e homens, o enfraquecimento do tabu em relação à virgindade, o questionamento dos papéis fixos de gênero, a mudança na educação das crianças (Honneth, 2009). De acordo com Giddens (1993), pela primeira vez na história, o sexo desligou-se definitivamente da reprodução, trazendo uma relação de igualdade sexual e emocional entre mulheres e homens: a “sexualidade plástica”.

Até então, a história sexual das sociedades modernas tinha sido a da busca dos homens. Tradicionalmente, permitia-se a eles o envolvimento em encontros múltiplos antes do casamento, ou até mesmo um padrão duplo após o matrimônio. Conforme Giddens (1993), um único ato de adultério por parte de uma esposa era uma violação imperdoável da lei da propriedade e da ideia de descendência hereditária. Ao contrário, por parte dos maridos, era encarado no máximo como uma fraqueza lamentável, mas compreensível.

Para mostrar as mudanças, Giddens (1993) apoiou-se em pesquisa realizada pela feminista Sharon Thompson (1989) com 150 adolescentes norte-americanos na década de 80. Já naquela época, Thompson identificou que os adolescentes não falavam mais em “casamento”, mas sim em “relacionamento”. Seu estudo verificou também que os rapazes tratavam de sexo, do seu desempenho, das suas experiências e conquistas. Quase nunca falavam de amor. Já as garotas contavam histórias repletas de descobertas, de angústia e de entusiasmo pelas relações íntimas. Discutiam com as amigas sobre sexo, relacionamentos e a posição das mulheres nesse contexto. Em geral, estavam decididas a exercer um trabalho remunerado e achavam importante ter alguma formação profissional.

Esse era um quadro um tanto diferente do amor romântico, que focava na permanência e que via os encontros sexuais como desvios prejudiciais a um relacionamento amoroso definitivo. Giddens (1993) o chamou de “amor confluyente”. O mesmo entrava em choque com as categorias “para sempre” e “único”, características do amor romântico. Não se tratava mais da busca pela “pessoa especial”, mas pelo “relacionamento especial”. Este presume igualdade entre os gêneros em termos de doação e de recebimento emocionais, inclusive no que diz respeito ao sexo; pela primeira vez, as mulheres mostraram que também eram capazes de buscar o prazer nessa área. De acordo com o autor, o amor confluyente não é necessariamente monogâmico e o que o mantém é a aceitação por parte de cada um dos parceiros. Em outras palavras, o que importa é que os dois lados tenham benefícios que justifiquem a continuidade da relação.

No entanto, isto não quer dizer que tais mudanças sociais, políticas e subjetivas tenham resultado no desaparecimento do que poderíamos considerar como traços e características do romantismo. Conforme afirmou o casal Ulrich Beck e Elizabeth Beck-Gernsheim (2017), por mais que tenha havido mudanças, a batalha dos sexos continua a ser um tema recorrente nos dias atuais, sendo o amor o elemento que a alimenta. De acordo com os dois autores, as pessoas casam-se, arrependem-se, divorciam-se, o que indica a persistência de certos ideais relacionados ao amor.

Giddens (1993) também concluiu que, a despeito do enfraquecimento do amor romântico, ainda existiam diferenças entre os dois sexos, sendo maior entre as pessoas mais idosas. Neste grupo, as mulheres quase sempre estruturavam a sua vida em torno do casamento, mesmo que não tivessem sido casadas. Não obstante, as diferenças existiam também entre os mais jovens. Com base nos achados de Thompson (1989), Giddens (1993) chamou a atenção para a diferença que faziam os rapazes entre garota “decente” e garota “vadia”, bem como para a ética da conquista masculina.

Segundo Costa (2006), no debate das ciências sociais, o mercado e o amor são tradicionalmente vistos como antinômicos, contraditórios, irreconciliáveis. No primeiro, prevalecem as relações impessoais e instrumentais; o que conta é a qualificação, o desempenho técnico e o dinheiro. Nele, espera-se que o indivíduo tenha disciplina, capacidade de seguir regras e previsibilidade de comportamento. Já nas relações amorosas, conforme a idealização romântica, deveria contar o oposto: a espontaneidade, o aconchego, a entrega altruísta, a imprevisibilidade, a transgressão de regras e de convenções. No entanto, o autor afirma que o amor romântico continua a ser uma aspiração generalizada na chamada “modernidade tardia”. Ainda que mudanças importantes tenham acontecido, as pessoas permanecem buscando um grande amor.

Já Honneth (2009) parece um pouco mais enfático quanto às mudanças nas relações amorosas. Para o autor, as pessoas baixaram suas expectativas; a chamada “relação a dois” passou a ser uma “relação de parceria de objetivos”, na qual há equilíbrio entre autonomia e dependência dos sujeitos envolvidos. Amar, nesse sentido, implica tanto o reconhecimento da autonomia do outro e de si mesmo quanto o reconhecimento da dependência que um tem em relação ao outro. Nas palavras de Feres-Carneiro (1998: 379), “o casal contemporâneo se depara com a tensão entre duas forças paradoxais: a individualidade e a conjugalidade”.

Beck (2011) identifica uma relação intrínseca entre a sociedade industrial e a família nuclear que, por sua vez, está associada ao amor romântico. De acordo com o autor, sem a distinção de papéis entre mulheres e homens, não haveria família nuclear. E, sem esta última, não haveria a sociedade industrial. Porém, com a equiparação entre mulheres e homens no mercado de trabalho, os fundamentos da família nuclear foram colocados em questão, tais como: casamento, sexualidade, paternidade, amor etc.

Conforme Beck, esta é uma contradição fundamental na sociedade industrial que ameaça a sua própria continuidade. Uma das suas consequências, segundo o autor, foi a multiplicação dos conflitos entre os sexos: desde a repartição do trabalho doméstico até a decisão sobre qual método contraceptivo será utilizado, passando pela escolha do local onde passarão as férias.

Na visão de Illouz (2011), há uma convergência entre o que acontece no mercado e no âmbito das relações afetivas. Eles se moldam um ao outro, produzindo um movimento largo e abrangente em que o afeto se torna um aspecto essencial do comportamento econômico e vice-versa. Em ambos, observam-se práticas de não compromisso, a capacidade de retirada rápida de uma transação, a quebra repentina de lealdade, a flexibilidade. Assim como os acionistas, os amantes podem sair da relação para investir em uma proposta mais lucrativa. No que diz respeito à diferença entre gêneros, Illouz sugere que as ações das mulheres são mais orientadas pela emoção do que as dos homens. A autora alerta, no entanto, que essa postura tem mais a ver com seus papéis sociais, e não com a questão biológica em si.

Outro autor importante nessa discussão é o sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2004). Para ele, as relações amorosas modificaram-se bastante, tornando-se mais fluidas na sociedade ocidental pós-moderna, marcada pelo consumismo, pelas mudanças rápidas e pela busca de satisfação imediata. Isto porque os parceiros amorosos se tratam como mercadorias prontas para serem consumidas e descartadas após o uso. De acordo com o autor, o compromisso afetivo passou a ser uma armadilha a ser evitada no esforço de relacionar-se; a melhor estratégia seria “deixar as portas sempre abertas”. O autor fala em relações virtuais que se contrapõem àquelas que envolvem compromisso (especialmente as de longo prazo). Nas primeiras, espera-se que “as possibilidades românticas” surjam e desapareçam em velocidade crescente, que seja fácil para entrar e para sair, de forma satisfatória; um quadro muito diferente do que observamos no “amor romântico”. Não obstante, o autor também identifica um conflito instalado no indivíduo, envolvendo a vontade de estreitar laços e, ao mesmo tempo, afrouxá-los.

Essas mudanças inevitavelmente geraram impactos sobre a organização familiar. Até o século XVIII, o casamento tinha por função ligar duas famílias e permitir que elas se perpetuassem, muito mais do que satisfazer o amor de duas pessoas. O amor-paixão era essencialmente extraconjugal. Desde então, esse quadro se modificou e as duas formas de amor, tradicionalmente opostas, foram aproximadas. Um novo ideal de casamento foi se constituindo aos poucos no Ocidente, no qual se impunha que os cônjuges se amassem, ou que parecessem se amar, e que tivessem expectativas a respeito do amor. O erotismo extraconjugal entrou no casamento e o amor-paixão passou a ser visto como modelo. Hoje ninguém duvida da dignidade do amor conjugal; a sociedade contemporânea não aceita mais que

alguém possa se casar sem desejo e sem amor (Féres-Carneiro, 1999).

Diversos autores realizaram estudos empíricos no intuito de identificar diferenças entre mulheres e homens. Por exemplo, ao aplicar um questionário para 148 estudantes universitários nos Estados Unidos, Buss (2016) verificou que, embora os dois gêneros não diferissem no seu desejo de encontrar um(a) companheiro(a) de longo prazo, os homens mostravam um interesse significativamente maior por um parceiro sexual de curto prazo. O autor verificou também que os homens, em comparação com as mulheres, pretendiam ter um número maior de parceiras durante a vida, eram mais propensos à promiscuidade e desejavam menos um relacionamento de longo prazo.

No Brasil, a relação entre os gêneros tem sido marcada por um modelo patriarcal, hierárquico, que dá ênfase aos valores familiares, à noção de honra, à demarcação rígida dos papéis de gênero e ao controle sobre a conduta das mulheres. Nesse modelo, o masculino era identificado com a dominação e com a atividade sexual, opondo-se ao feminino, relacionado à submissão e à passividade sexual. Segundo Parker (1991), o homem estava voltado para o plano da atividade, do poder e da força, enquanto a mulher ocupava uma posição secundária, caracterizada pela passividade, submissão e fragilidade. Na visão do autor, apesar do processo de urbanização acelerado que provocou uma reorganização da hierarquia tradicional, a essência da cultura sexual brasileira permaneceu inalterada, especialmente nos segmentos mais pobres. De fato, ao analisar as relações afetivas entre mulheres e homens nas favelas brasileiras, Nanda (2019) identifica resquícios deste tipo; o casamento muitas vezes tornou-se uma mera conveniência para garantir a sobrevivência. Frequentemente, ele está imbuído de violência contra a mulher, agressão e humilhação.

No caso dos jovens, vale citar a pesquisa realizada em escala nacional por Castro et al. (2004) com 16.422 alunos dos ensinos fundamental e médio no ano de 2001. De certa forma, já se percebia naquela época algumas tendências de aproximação entre as opiniões de mulheres e homens, que parecem ter se solidificado atualmente. É o que acontece na discussão sobre fidelidade, por exemplo. No que diz respeito à virgindade, mais da metade dos alunos achava que ela não tinha importância, que era coisa do passado. Porém, percebe-se que esta opinião era levemente mais frequente entre os meninos do que entre as meninas. No caso da concordância com a afirmação de que “as moças gostam de namorar e os rapazes de ‘ficar’”,¹ embora o percentual médio de meninos tenha se colocado abaixo do percentual de meninas, a diferença não foi absurda.

Aparentemente, já se podia identificar ali uma prática que duas décadas de-

¹ “Ficar” é uma interação afetiva caracterizada pela superficialidade e pela plasticidade, não envolvendo qualquer tipo de compromisso de continuidade ou de exclusividade.

pois acabou se consolidando: um certo desencanto, ou ceticismo, dos jovens com o casamento, uma necessidade de serem diferentes dos pais (Castro et al., 2004). Os autores sugeriram na época que “o ficar” poderia estar desestabilizando relações hierárquicas de gênero – já que as características de superficialidade e de compromisso eram vividas por ambos os sexos –, possibilitando que os jovens experimentassem outras formas de vivenciar prazeres e afetividades.

Ao realizarem uma análise qualitativa com os pais e as mães, os autores perceberam alguma diferença em relação aos alunos. Os primeiros mostraram incompreensão diante da categoria “ficar”, já que a consideravam uma vulgarização e uma banalização do sentimento. Porém, para os jovens, parecia estar nascendo ali uma mudança na ideia de fidelidade. O “ficar” implicava um entendimento implícito de que não se tratava de traição; esta só aparecia a partir do momento em que se estivesse “namorando”. Duas décadas depois, apesar da maior fluidez das relações, nossos dados sugerem que os jovens mudam de parceiros com intensidade ainda maior, mas não se consideram “infelizes” ou “promíscuos”. Algumas vezes, a fidelidade está no sentimento, e não na prática sexual. A nossa sugestão é que o “ficar” dos adolescentes dos anos 2000 antecipa tal prática; a diferença, no primeiro, está no fato de a infidelidade não existir porque o não compromisso está subentendido, isto é, existe um pacto implícito entre os atores. Esta parece ser uma antecipação da ideia do “poliamor”, uma prática embrionária e que merece ser mais bem estudada; infelizmente, não foi tratada no nosso questionário.²

Segundo Araújo (2002), no contexto brasileiro, verifica-se que o casamento tradicional vem dando lugar para outra forma de casamento, em que a mulher reivindica igualdade e há uma constante negociação. Neste tipo de relacionamento, a intimidade reestrutura-se com base em novos valores, entre os quais a amizade e o companheirismo. Na visão da autora, vivemos hoje sob o signo da pluralidade. O casamento formal, heterossexual e com fins de constituição da família continua sendo uma referência e um valor importantes, mas convive com outras formas de relacionamento conjugal, tais como as uniões consensuais, os casamentos sem filhos ou sem coabitação, e também as uniões homoafetivas. Mesmo nas classes mais baixas, isto acontece entre os mais jovens, que nutrem expectativas de ligações afetivas antes do casamento, quebrando inclusive a ênfase na relação mãe-filho. De acordo com Nanda (2019), a influência declinante do catolicismo e a fragmentação crescente da família abriram espaço para uma maior legitimidade do prazer sexual, especialmente entre os marginalizados: prostitutas, homossexuais, boêmios e jovens.

² A respeito deste tema, sugerimos o interessante trabalho de Antônio Cerdeira Pilão (2013).

Heilborn e Cabral (2013) realizaram um estudo sobre o tema no Brasil a partir de questionários aplicados a jovens de 18 a 24 anos, nas cidades de Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador. Na visão das autoras, apesar de certas diferenças entre os gêneros terem sido mitigadas – na educação e no trabalho, por exemplo – ainda existem assimetrias em termos de práticas sexuais. No que diz respeito ao número de parceiros, por exemplo, elas identificaram que 69% dos homens tinham tido mais de seis, enquanto entre as mulheres esse número não passava de 18%. Cinquenta e três por cento das mulheres se diziam capazes de controlar o desejo sexual por um longo período, contra apenas 27% dos homens.

Além do gênero, Heilborn e Cabral (2013) verificaram que o nível educacional e a classe social também influenciavam o comportamento sexual desses jovens. Em geral, as mulheres com menos instrução, geralmente de classe mais baixa, apresentavam uma postura mais conservadora em relação às mulheres com grau de instrução mais elevado. A renda não será o nosso recorte principal; ela será considerada mais profundamente em outra oportunidade. Não obstante, faremos menção a ela quando o seu impacto for muito relevante. É importante dizer que a discussão acima não se aplica universalmente, para qualquer tipo de sociedade ou de cultura. Nosso objetivo é contribuir para esse debate a partir de uma pesquisa com os jovens universitários brasileiros, buscando identificar principalmente as diferenças entre mulheres e homens. Na seção que se segue, partimos para a análise dos dados.

Apresentação e análise dos dados

Nossos dados são provenientes de uma pesquisa realizada por meio de um questionário enviado aleatoriamente para aproximadamente 12.000 alunas e alunos de todos os cursos da Universidade de Brasília. Encerramos a coleta quando atingimos 2.200 respostas. Para garantir alguma homogeneidade na nossa amostra, solicitamos que não respondessem caso tivessem menos de 18 ou mais de 26 anos de idade. No intuito de garantir o anonimato, não solicitamos qualquer tipo de identificação. Selecionamos dessa amostra apenas os que se consideravam heterossexuais, totalizando 1.282 indivíduos (64%). Essa seleção foi feita em função da nossa discussão focar em questões como a familiar nuclear e o amor romântico, que tradicionalmente se expressam em um casal heterossexual. As mulheres se dispuseram mais a responder o questionário: 58,4% da amostra dizem respeito a elas.

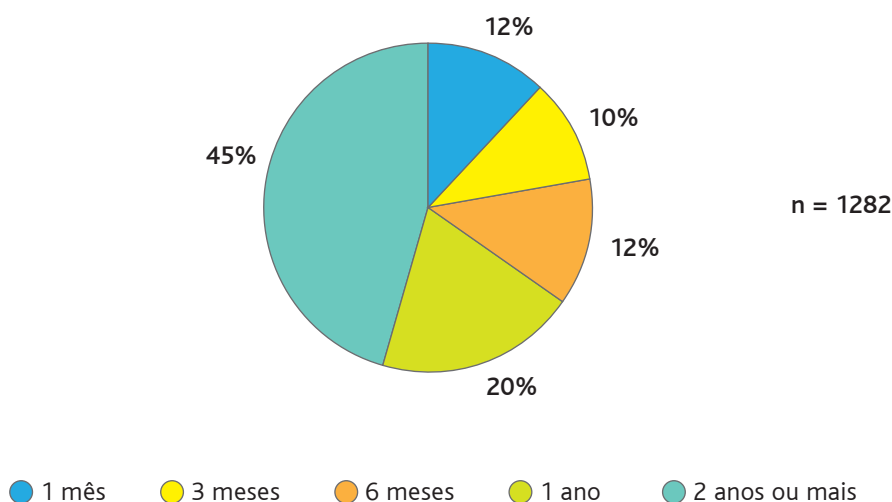
O questionário procura identificar vários aspectos das relações afetivas entre os jovens, suas preferências e expectativas. A nossa preocupação principal é identificar similaridades e diferenças entre gêneros no que diz respeito aos atributos

remanescentes do “amor romântico”. As possíveis relações com a renda serão reportadas apenas quando se tornarem muito evidentes.

Quarenta e cinco por cento dos alunos são filhos de pais/mães separados e 19% deles não moram com a família. Em termos de identificação religiosa, encontramos a seguinte distribuição: sem religião (45%), católicos (23,1%), protestantes históricos (8,8%), pentecostais e neopentecostais (6%), espíritas (6,2%), afro-brasileiros (1,9%), orientais (1,1%), outra religião (6,4%). Quanto à renda familiar, nossa amostra apresentou os seguintes percentuais: até 1.500 reais (13,6%); de 1.501 a 3.000 reais (22,2%); de 3.001 a 6.000 reais (20,4%); de 6.001 a 12.000 reais (20,6%); 12.000 reais ou mais (23,1%).

Iniciamos com a apresentação de alguns dados gerais que envolvem ambos os gêneros. No gráfico que se segue, podemos confirmar a fluidez das relações, conforme nos sugere Bauman (2004). Menos da metade dos estudantes mantém relações que duram pelo menos dois anos. Trinta e cinco por cento deles permanecem nelas por seis meses ou menos.

Gráfico 1 – DURAÇÃO MÉDIA DAS RELAÇÕES AFETIVAS



Fonte: produção dos autores

Fizemos um cruzamento entre essa variável e a renda familiar dos alunos. Pudemos identificar relacionamentos com menor duração nos segmentos mais baixos e com maior duração nos mais altos: 49% dos estudantes com renda familiar acima de 12 mil reais permanecem dois anos ou mais nas suas relações; no segmento de renda mais baixo (até 1.500 reais), esse número é de 38,7%. Por outro lado, nada menos que 30% dos mais pobres participam de relações que duram apenas um mês, enquanto na faixa de renda mais alta esse número é de apenas 19,7%.

Avaliamos a diferença entre os gêneros comparando a média das respostas dos dois grupos, dadas com base em uma escala *Likert* de cinco pontos, que vai de “discordo totalmente” (1) até “concordo totalmente” (5). A estatística “t de student” avalia a diferença de média entre os dois grupos. Conhecemos os problemas decorrentes do uso de estatística paramétrica em dados ordinais, uma vez que as distâncias entre as respostas não são necessariamente iguais. No entanto, há autores(as) que asseguram que os testes paramétricos podem ser usados no caso de o tamanho da amostra ser adequado (Sullivan; Artino Jr, 2013). Geoffrey Norman, um dos principais especialistas em pesquisa metodológica na área médica, apresenta evidências consistentes de que testes paramétricos podem ser usados com dados ordinais, tais como os da escala *Likert*. Inclusive, diz aquele autor, eles são geralmente mais robustos do que os testes não paramétricos, ou seja, eles tendem a dar “a resposta correta”, mesmo quando as premissas estatísticas – tal como a distribuição normal dos dados – são violadas em grau extremo (Norman, 2010). Na tabela 1, avaliamos o grau de concordância de alunas e alunos sobre temas específicos.

Tabela 1 – Qual a importância dos seguintes itens na sua vida?

	Mulheres	Homens	Test t	p-value
Filhos	3,08	3,12	0,64	0.642
Ter uma relação estável/permanente	4,18	4,06	1,92	0.055
Dinheiro	4,13	4,03	2,12	0.033
Sexo	3,66	3,79	-2,18	0.029
Reconhecimento profissional	4,56	4,34	5,09	0.000

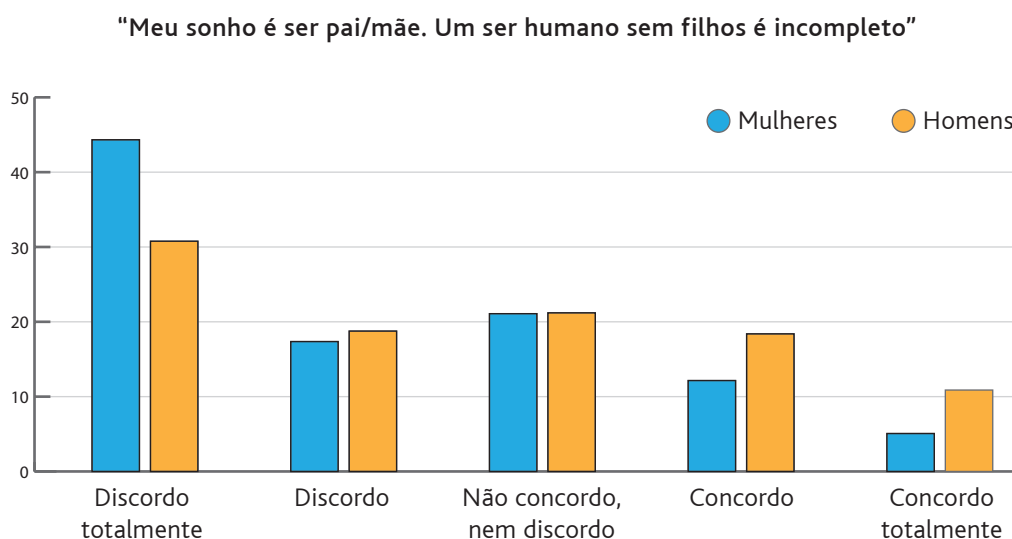
Fonte: dados coletados pelos autores N = 1.282

A tabela mostra que as médias de mulheres e de homens estão muito próximas em quase todos os itens. Se usarmos o nível de significância de 1%, que parece mais adequado em uma amostra grande como a nossa, os números revelam que não há diferença entre os dois grupos. As alunas estão muito parecidas com os alunos no que diz respeito ao desejo de ter filhos, por exemplo. Em ambos os grupos, a média ficou próxima de 3, que é o meio exato da escala (de 1 a 5). Na análise detalhada das respostas – que deixamos de apresentar aqui no intuito de poupar o leitor de um excesso de números – apenas 19% dos alunos e 20% das alunas consideraram que ter filhos é uma prioridade muito importante em suas vidas.

Quando cruzamos os dados sobre o desejo de ter filhos com a renda familiar, verificamos um achado interessante: 50% do segmento mais pobre (até 1.500

reais) “discordam” ou “discordam totalmente” da afirmação, enquanto no segmento mais rico (acima de 12.000 reais) esse percentual cai para 26%; por outro lado, os números se invertem quando se consideram as categorias “concordam” ou “concordam totalmente”: 28% dos mais pobres e 50% dos mais ricos. A diferença se dá principalmente entre as mulheres dos segmentos mais pobre e mais rico; enquanto 51% das alunas que têm renda familiar acima de 12 mil reais consideram que filhos são “importantes” ou “muito importantes”, nas que estão no patamar de até 1.500 reais, o número não passa de 30%. No lado oposto, 53% das mais pobres acham que eles não são importantes, em contraste com 30% no caso das mais ricas.

Esses dados foram reforçados por outra pergunta, na qual os respondentes diziam do sonho de ser pai ou mãe, conforme gráfico abaixo.



O gráfico mostra que os jovens não têm a paternidade ou a maternidade como prioridade na vida. No caso das mulheres, a discordância com a afirmação chegou a 62%, sendo que 44% delas discordaram totalmente. Esses dados sugerem um certo enfraquecimento da família nuclear que, por sua vez, estava associada ao amor romântico. Eles reforçam a sugestão de Bozon e Heilborn (2006) de que há entre os jovens um relativo declínio da importância da família.

De volta à tabela 1, podemos ver que os jovens continuam buscando uma relação estável e permanente, conforme mostram as médias de 4,2 para os homens e de 4,1 para as mulheres. Também neste aspecto, os dois grupos são bastante parecidos. O mesmo pode ser dito em relação à importância do dinheiro: ambos ficaram com valores razoavelmente altos, com médias bem parecidas entre si. Já o sexo tem uma importância um pouco menor, com médias de 3,7 para as mulheres e 3,8 para os homens. A diferença entre os dois não apresentou significância

estatística no nível mais exigente que estamos considerando (0,01). Este resultado sugere mudanças na postura das mulheres quanto aos ideais do amor romântico, quando a sua representação deixava pouco espaço para a sexualidade e o prazer. Nesse sentido, a mudança mais expressiva foi entre as mulheres de renda mais alta, em que 44% delas relataram ser o sexo “importante” ou “muito importante”, em contraste com as de renda mais baixa, cujo número ficou em 28%.

É interessante o resultado da pergunta que diz respeito ao reconhecimento profissional. Apresentou-se como uma das prioridades mais importantes de todo o questionário. Esse resultado estende-se por todos os segmentos de renda. É curioso que, no caso das mulheres, mostrou-se ainda mais relevante: chegaram à média de 4,6, em uma escala cujo máximo é 5. Isto reforça a ideia de que elas reduziram a ligação com os assuntos do lar e a subordinação ao marido.

Nas tabelas que seguem mudamos o tipo de pergunta: ao invés de se manifestarem sobre a importância dos itens, os respondentes demonstraram o grau de “concordância” com as afirmações apresentadas. A escala vai de 1 (“discordo totalmente da afirmação”) até 5 (“concordo totalmente”). Na próxima tabela trabalhamos com as concordâncias que sugerem uma atitude machista.

Tabela 2 – Sinais de Machismo – Homens e Mulheres

	Mulheres	Homens	Test t	p-value
Parceiro com muita/pouca experiência sexual	2,47	2,42	0,83	0.404
O homem deve ter atitude	2,29	2,23	0,79	0.424
Sou favorável que o homem pague a conta	2,28	2,15	1,91	0.056
Mulher fica em casa cuidando dos filhos	2,73	2,92	-2.55	0.010
Preferia que meu companheiro fosse virgem	2,14	2,50	-4,38	0.000

Fonte: dados coletados pelos autores N = 1.282

Em geral, percebemos que todas as afirmações apresentaram média baixa, para mulheres e homens. Nas três primeiras, percebemos que não há diferença estatisticamente significativa entre mulheres e homens. Também não existe diferença expressiva entre os diferentes segmentos de renda em relação a essas variáveis. Cerca da metade dos respondentes ficou no meio (“3”) quando perguntados se preferiam companheiros(as) com muita ou pouca experiência sexual: a frequência desta opção variou de 50,2% (no segmento de renda mais alta) até 53,5% (no segmento de quem tem renda familiar de 1.500 a 3.000 reais). O mesmo acontece no que diz respeito à pergunta sobre se o “homem deve ter atitude”. Cerca da metade dos respondentes discordou totalmente da afirmação, com pouca variação entre os

segmentos. Os seguintes valores foram encontrados à medida que saíamos daqueles com renda familiar menor para maior: 50,3%; 47,4%; 49,8%; 44,7%; 47,6%. Situação semelhante foi encontrada na questão sobre o dever do “homem pagar a conta”, a saber: 47,1%; 42,7%; 42,2%; 44,4%; 47,6%.

Na afirmação sobre “mulher ficar em casa cuidando dos filhos”, a diferença ficou no limite da significância que estamos adotando (p -valor = 0.011). Ela mostra que as mulheres concordam menos com ela, o que sugere uma leve inclinação machista da parte dos homens. Aqui a diferença maior aparece nos extremos da faixa de renda: enquanto 36% dos que estão no segmento até 1.500 reais disseram concordar totalmente com esta afirmação, no segmento daqueles que estão acima de 12 mil reais, o número é de apenas 19%.

Já a última afirmação mostra uma diferença expressiva entre os dois gêneros. Apesar de haver uma concordância baixa com o tabu da virgindade (em ambos os gêneros),³ ainda existe um resquício entre alguns homens. A diferença se dá principalmente na categoria “discordo totalmente”, em que mais da metade das mulheres discordou (51,3%), contra 37,7% dos homens. Ao cruzarmos estas últimas respostas com a variável renda familiar, não encontramos diferenças expressivas. Em todas as cinco faixas de renda, cerca da metade dos respondentes disseram discordar totalmente da afirmação, na seguinte sequência: 51,4%; 49,7%; 55,8%; 52,9% e 56,9%.

Na tabela que se segue, avaliamos indícios de individualismo e de tolerância nas relações.

Tabela 3 – Individualismo e Tolerância – Homens e Mulheres

	Mulheres	Homens	Test t	p-value
Cada um deve manter a sua individualidade	4,18	3,94	4,32	0.000
Não suporto ninguém no meu pé	2,70	2,30	6,15	0.000
Não faz sentido manter uma conta conjunta	3,87	3,76	1,45	0.148
Um pode ter a senha do celular do outro	3,34	3,35	0.03	0.980
Se não está bom, parte p/ outra. A fila anda	2,96	2,71	3.70	0.000
Melhor descartar relacionamento que não funciona	2,27	2,25	0.31	0.758

Fonte: dados coletados pelos autores N = 1.282

³ Entre outras, essa mudança está relacionada à redução da importância da Igreja Católica. Na nossa amostra, apenas 26% dos respondentes se declararam católicos, contra 44% dos que se declaram sem religião.

As quatro primeiras afirmações dizem respeito ao nível de individualismo entre os jovens universitários. Nelas, os resultados são ambíguos: a primeira e a terceira afirmações apresentaram valores altos; já na segunda e na quarta afirmações, os valores estão mais próximos da média da escala (três). Quanto à comparação entre gêneros, observamos uma diferença significativa nas duas primeiras: elas mostram que as mulheres apresentam percepções mais associadas ao individualismo do que os homens, contrariando ideais relacionados ao amor romântico, em que as mulheres são representadas como altruístas e devotadas ao cuidado de outras pessoas.

Não existe uma diferença significativa entre os níveis de renda familiar nessas duas questões. No que se refere à individualidade, aproximadamente metade dos respondentes disse que ela é muito importante, em todos os segmentos. Quanto à afirmação de “não suportar ninguém no pé”, também há grande equilíbrio na distribuição entre as várias faixas de renda. Os números que consideram ser isto muito importante variou de 4,8% no segmento que vai de 7 a 12 mil reais até 7,4% no que vai de 1.500 a 3.000 reais.

Na questão referente a “dividir uma conta bancária” com o(a) parceiro(a), percebemos um valor expressivo, o que demonstra a grande individualidade que as pessoas buscam hoje em dia. No que diz respeito à comparação entre os dois grupos, não identificamos diferença estatisticamente significativa. Desfaz-se, portanto, a ideia de dependência que as mulheres tinham em relação aos homens. Na questão sobre a possibilidade de ter a senha do celular do outro, não há qualquer diferença entre os dois grupos.

As duas últimas afirmações dizem respeito à tolerância entre parceiros. Os números mostram que ela não chega a ser baixa: os alunos e as alunas tendem a discordar que as relações devam ser facilmente descartáveis. É curioso o contraste com a duração efetiva das relações, que é baixa (veja gráfico 1). Parece que, apesar de as pessoas quererem permanência, elas não conseguem mantê-la efetivamente. Outra possibilidade é que isto decorra da própria faixa etária dos respondentes. O fato de não manterem relações de longo prazo atualmente não significa que eles(as) não desejem uma relação mais estável em outro momento da vida.

No que se refere à diferença entre gêneros, os resultados mostram que as mulheres tendem mais a descartar uma relação quando as coisas não vão bem. Esta conclusão não se sustenta, no entanto, quanto à última afirmação, já que a diferença entre gêneros não apresentou significância estatística.

A tabela 4 avalia as questões relacionadas ao sexo, à experimentação e à fidelidade.

Tabela 4 – Sexo e fidelidade – Homens e Mulheres

	Mulheres	Homens	Test t	p-value
Pode ser bom transar com amigos	2,88	3,39	-6,44	0.000
Só vale manter relacionamento se o sexo for bom	2,59	2,31	4,10	0.000
Sexo pode ser bom sem envolvimento	3,21	3,41	-2,36	0.018
Quando a gente ama, sexo fica em 2º plano	3,36	3,46	-1,34	0.179
Fidelidade é fundamental em um relacionamento	4,24	4,07	2,41	0.016
Importante ficar c/ vários antes de casar	2,52	2,62	-1,21	0.227

Fonte: dados coletados pelos autores N = 1.282

As duas primeiras informações revelam diferenças entre mulheres e homens. Na primeira, os alunos mostraram uma propensão maior, em comparação com as alunas, a admitir uma relação sexual entre amigos. A segunda mostra que os homens parecem continuar querendo um relacionamento estável: 62% deles discordam da afirmação de que “não faz sentido manter uma relação se o sexo não for bom”. Embora a maioria das mulheres também discorde de tal afirmação, elas discordam menos que os homens. Isto mostra que elas também se permitem ter desejo e exigências no que diz respeito ao sexo, e isto influi na relação. O recorte por faixa de renda não muda o quadro em nenhuma das duas questões. As outras comparações não apresentaram significância estatística expressiva.

Vejamos, a seguir, a expectativa de permanência das relações.

Tabela 5 – Amor eterno – Homens e Mulheres

	Mulheres	Homens	Test t	p-value
Só podemos ser completos com um grande amor do lado	1,18	2,30	-7,77	0.000
Um ser humano sem filhos é incompleto	2,16	2,60	-5,90	0.000
Casamento é para a vida toda	3,06	3,22	-1,81	0.070
Um dos meus sonhos é casar, constituir família	3,56	3,63	-0,93	0.351
Podemos ter várias paixões. Amor, só uma vez	2,45	2,33	1,53	0.126
O amor não morre. Vou continuar amando-o pelo resto da minha vida	2,80	2,88	-1,02	0.308

Fonte: dados coletados pelos autores N = 1.282

Na tabela 5, os dois primeiros resultados, se comparados com ideais em torno do amor romântico, apresentam perspectivas bastante diferentes. No primeiro, a baixa média de concordância com a afirmação de que “só podemos ser completos se tivermos alguém do nosso lado” pode sugerir uma espécie de ganho de autono-

mia do indivíduo contemporâneo. Em geral, a responsabilização do parceiro pela nossa felicidade (ou completude) parece ter caído bastante. Setenta e um por cento dos respondentes “discordaram” desta afirmação, sendo que 48,5% deles “discordaram totalmente”. Interessante registrar que as mulheres discordaram ainda mais (78%), sendo que 56% delas discordaram totalmente.

A segunda afirmação mostra a queda da importância da família nuclear. Em média, respondentes de ambos os gêneros discordaram substancialmente da ideia de que os filhos são fundamentais. O mesmo padrão se observa em todos os níveis de renda. É verdade que filhos foram deificados, idolatrados; tornaram-se os únicos parceiros que não partem e o último recurso contra a solidão (Beck, 2011: 161). Mas tê-los não é mais a única opção, conforme mostram as taxas de fecundidade cada vez menores: no Brasil, de uma média de 6,3 filhos por mulher em 1960, passou-se para 4,4 em 1980, 2,3 no ano 2000 e 1,7 em 2019 (BRASIL, 2022). É curioso que a média das mulheres neste item ficou ainda mais baixa que a dos homens, mostrando que boa parte delas se libertou do “fato consumado da maternidade”: as médias ficaram em 2,16 para mulheres e 2,60 para os homens. Certamente, isto tem a ver com os obstáculos que os filhos representam no processo individualizador, com os impedimentos que trazem para a competição profissional, a carreira e a autonomia econômica das mulheres (Beck, 2011).

A tabela mostra também que não há diferença expressiva entre os gêneros no que diz respeito à durabilidade do casamento, ao sonho de casar, à ideia de se ter um único amor na vida e de que ele não morre. Pelo menos não se nota diferença no nível de significância de 1%. Trata-se de um quadro bem diferente do que sugerem autores como Bassanezi (2002); Coutinho; Menandro (2010); Del Priore (2005), para os quais, em meados do século XX, o casamento era o objetivo primeiro das mulheres, fonte de estabilidade e de realização, e deveria ser eterno. Era esperado que as mulheres cuidassem da casa, dos filhos e dos seus maridos, abrindo mão de uma vida profissional fora de casa, que não era um horizonte possível, tampouco valorizado. A separação era a grande ameaça da sua vida, o que as fazia suportar quase tudo, até mesmo a traição.

O item que se refere à expectativa de casamento mostra que os jovens ainda mantêm uma expectativa mínima de casamento: média de 3,56 para as mulheres e de 3,63 para os homens, que não chega a ser alta, em uma escala na qual a média é 3. Trata-se da ambivalência típica das relações na vida pós-moderna, que busca o desfrute rápido, a fluidez e a flexibilidade, mas também existe uma ânsia pela segurança do convívio e pela mão amiga em um momento de aflição (Bauman, 2004). Conforme afirma Beck (2011: 174), “nem mesmo ‘os erros’ cometidos podem impedir uma nova tentativa”.

Vale registrar a diferença muito expressiva que encontramos na afirmação re-

ferente ao “sonho de casar e de constituir família”, quando fazemos o recorte por faixa de renda. Os dados abaixo mostram que este é muito mais um projeto dos segmentos mais altos do que dos mais baixos. A distância entre os mais pobres e os mais ricos é ainda mais gritante: enquanto 68% destes últimos concordam totalmente com a afirmação, nos mais pobres o percentual é de apenas 43%. Do lado inverso, o nível de discordância é de 38% e 16%, respectivamente.

Tabela 6 – Concordância com a afirmação “um dos meus sonhos é casar” e “constituir uma família”

Faixa de renda (reais)	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
até 1500 reais	19,3	18,7	19,3	14,7	28,0
de 1501 a 3000 reais	14,4	12,8	20,4	21,6	30,8
de 3001 a 6000 reais	13,2	14,5	15,7	20,9	35,7
de 6001 a 12000 reais	9,0	14,8	17,6	20,5	38,1
mais de 12000 reais	7,8	8,2	16,0	21,4	46,6

Fonte: dados coletados pelos autores N = 1.282

Considerações finais

Este artigo avaliou a opinião e as perspectivas dos jovens universitários brasileiros em diversas questões relacionadas ao amor na contemporaneidade. Em geral, alunos e alunas mostraram-se bastante convictos(as) na defesa de valores relacionados à autonomia, à independência e à individualidade. No mesmo sentido, ainda que eles almejem uma relação duradoura, parece não haver muitos resquícios de valores e expectativas associados ao amor romântico. Isto aparece de várias formas, mas principalmente na fluidez das relações e na igualdade entre mulheres e homens. Identificamos alguma influência da variável referente à renda familiar, sobretudo no que diz respeito ao casamento e à importância dos filhos (tabelas 1 e 6).

Os dados sugerem que a visão de mundo dos jovens universitários sobre os temas tratados está muito longe de um consenso. Na maioria das perguntas, a distribuição das respostas apresentou uma grande variação. Em parte, ela ajuda a explicar as médias em torno do valor central “3”. Com exceção das questões mais relacionadas à individualidade, poucas apresentaram média abaixo de 2 ou acima de 4, que poderiam sugerir um consenso maior. O que chama a atenção é a proximidade entre homens e mulheres. Na maioria das questões, a diferença de média entre eles não apresentou significância estatística. Quando a diferença foi signi-

ficativa, quase sempre foi no sentido contrário à expectativa de que as mulheres deveriam agir como submissas e devotadas à família. Elas, mais do que os homens, tendem a preservar a sua individualidade, preocupar-se com o sucesso profissional e a não vincular a sua realização na vida com a existência de um grande amor ou de filhos, sobretudo as mulheres com renda familiar mais baixa.

No seu livro já clássico sobre o tema, Giddens (1993: 11) afirmava que, naquele momento, “tinha sido aberto um abismo emocional entre os sexos, e não se podia dizer com certeza quanto tempo ele levaria a ser transposto”. Há muito ainda o que ser pesquisado sobre o assunto, mas parece que tal abismo começa a ser desfeito. No contexto da nossa amostra, arriscaríamos dizer que ele já quase não existe mais. Pelo que vimos aqui, os posicionamentos e as perspectivas dos jovens universitários estão longe de ser homogêneos. Porém, as distinções não parecem ser explicadas pelo gênero. Observamos muito pouca diferença entre mulheres e homens.

O processo parece inevitável. E gera consequências sobre vários aspectos da vida pós-moderna. Como diz Beck, quem quiser restaurar a família no formato dos anos 50, terá que afastar as mulheres do mercado de trabalho e do sistema educacional, reduzir a sua remuneração, revogar a igualdade perante a lei, acabar com o sufrágio universal, proibir a mobilidade e evitar os novos meios de comunicação. Enfim, “terá que reverter o relógio da modernização” (Beck, 2011: 164).

Recebido: 08/09/2021

Aceito para publicação: 03/05/2022

Referências bibliográficas

- ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro. 2005. *Retratos da juventude brasileira: Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- ARAÚJO, Maria de Fátima. 2002. “Amor, casamento e sexualidade: Velhas e novas configurações” [on-line]. *Psicologia: ciência e profissão*. N° 22 (2), p. 70-77. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932002000200009>. [Acesso em 25.07.2020].
- BASSANEZI, Carla. 2014. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Contexto.
- BAUMAN, Zygmunt. 2004. *Amor líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- BECK, Ulrich. 2011. *Sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade*. 1. ed. São Paulo: Editora 34.
- BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. 2017. *O caos totalmente normal do amor*. Rio de Janeiro: Editora Vozes Limitada.
- BOGHOSSIAN, Cinthia; MINAYO, Maria. 2009. “Revisão Sistemática sobre Juventude e Participação nos Últimos 10 anos”. *Saúde Soc*. N° 18 (3), p. 411-423
- BOURDIEU, Pierre. 1998. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BOZON, Michel; HEILBORN, Maria Luiza. 2006. “Iniciação à sexualidade: Modos de socialização, interações de gênero e trajetórias individuais”. In: HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela; BOZON, Michel; KANUTH, Daniela Riva (orgs.). *O aprendizado da sexualidade: Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Fiocruz. p. 155-206.
- BUSS, David. 2016. *The evolution of desire: Strategies of human mating*. Hachette UK: Basic books.
- CARVALHO, Marília Pinto de. 2011. “O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPED (1999-2009)”. *Revista Brasileira de Educação*, N° 16 (46), p. 99-117.
- CASTRO, Mary Garcia et al. 2004. *Juventude e sexualidade*. Brasília: Unesco.
- COSTA, Sergio. 2006. “Amores fáceis: Romantismo e consumo na modernidade tardia”. [on-line]. *Novos estudos CEBRAP*. N° 73, p. 111-124. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002005000300008>. [Acesso em 20.06.2020].
- COUTINHO, Sabrine; MENANDRO, Paulo. 2010. “Relações conjugais e familiares na perspectiva de mulheres de duas gerações: Que seja terno enquanto dure”. *Psicologia Clínica*. N° 22 (2), p. 83-106. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-56652010000200007>. [Acesso em: 31.10.2022].
- DEL PRIORE, Mary. 2005. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- DORLIN, Elsa. 2021. *Sexo, gênero e sexualidades: Introdução à teoria feminista*. São Paulo: Crocodilo/UBU Editora.
- FEDERICI, Silvia. 2019. *Mulheres e caça às bruxas*. São Paulo: Boitempo.

- FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. 1998. “Casamento contemporâneo: O difícil convívio da individualidade com a conjugalidade” [on-line]. *Psicologia: reflexão e crítica*. N° 11 (2), p. 379-394. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79721998000200014>. [Acesso em 8.7.2020].
- FORACCHI, Marialice. 1972. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Livraria Pioneira.
- FOUCAULT, Michel. 1984. *História da Sexualidade. Vol. I. A vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- GIDDENS, Anthony. 1993. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Unesp.
- HADDAD, Gisela. 2011. “Encontros amorosos: Amor, paixão e desejo na cultura moderna”. *Ide*. N° 34 (52), p. 123-131.
- HEILBORN, Maria Luiza; CABRAL, Cristiane da Silva. 2013. “Youth, gender and sexual practices in Brazil”. *Psicologia & Sociedade*. N° 25 (SPE), p. 33-43.
- HEILBORN, Maria Luiza. 2006. “Entre as tramas da sexualidade brasileira”. *Revista de Estudos Feministas*. N° 14 (1), p. 43-59.
- HONNETH, Axel. 2009. *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34.
- BRASIL. IBGE. 2022. *Brasil em síntese. População: Taxas de fecundidade total*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 24.10.2022.
- ILLOUZ, Eva. 2011. *O amor nos tempos do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar.
- LOURO, Guacira Lopes. 2003. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: Vozes.
- MATOS, Maria Izilda. 2003. “Delineando corpos: As representações do feminino e do masculino no discurso médico”. In: MATOS, M.; SOIHET, R. (orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora Unesp.
- MELUCCI, Alberto. 1997. “Juventude, tempo e movimentos sociais”. *Revista Brasileira de Educação*. N° 5/6, p. 5-14.
- NANDA, Serena. 2019. *Love and marriage: Cultural diversity in a changing world*. Illinois: Waveland Press.
- NEVES, Ana Sofia Antunes. 2007. “As mulheres e os discursos genderizados sobre o amor: A caminho do ‘amor confluyente’ ou o retorno ao mito do ‘amor romântico?’”. *Revista Estudos Feministas*. N° 15 (3), p. 609-627.
- NORMAN, Geoffrey. 2010. “Likert scales, levels of measurement and the ‘laws’ of statistics”. *Advances in health sciences education*. N° 15 (5), p. 625-632.
- PARKER, Richard G. 1991. *Corpos, prazeres e paixões: A cultura sexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Best Seller.
- PILÃO, Antonio Cerdeira. 2013. “Reflexões sócio-antropológicas sobre poliamor e amor romântico”. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*. N° 12 (35), p. 490-505.
- RAGO, Margareth. 2000. “O elogio do sexo da mulher”. *Cadernos Pagu*. N° 14, p. 291-297.

- UNESCO. 2004. *Políticas públicas de, para, com juventudes*. Brasília (DF): Unesco.
- SALLAS, Ana Luísa; FLACH, Simone; MARTINS, Suely; GROPPPO, Luís. 2021. “Uma revolução interna em movimento – As ocupações estudantis no Paraná: Dos processos formativos às trajetórias pós-ocupações”. *Revista Mundaú*. N° 10, p. 20-37.
- SCAVONE, Lucila. 2008. “Estudos de gênero: Uma sociologia feminista?”. *Estudos Feministas*. N° 16 (1), p. 173-186.
- SPOSITO, Marília. 2000. “Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação”. *Revista Brasileira de Educação*. N° 13, p. 73-94.
- SULLIVAN, Gail & ARTINO JR, Anthony. 2013. “Analyzing and interpreting data from Likert-type scales”. *Journal of Graduate Medical Education*, 5(4), 541-542.
- THOMPSON, Sharon. 1989. “Search for tomorrow: Or feminism and the reconstruction of teen romance”. In: SNITOW, A.; STANSELL, C.; THOMPSON, S. (eds.). *Powers of desire*. New York: Monthly Review Press. p. 367-384.
- USSHER, Jane. 1997. *Fantasies of femininity: Reframing the boundaries of sex*. New Jersey: Rutgers University Press.